

**AO JUÍZO DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO GAMA-DF**

- De preto, os textos definitivos;
- De azul, os textos que devem ser preenchidos;
- De vermelho, textos a serem mantidos ou excluídos;
- De verde, opções a serem escolhidas

FULANO DE TAL - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável com XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxx, email xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; wpp xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; - vem, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal** (LC nº 80/94, arts. 4º, inc. IV), com base nos arts. 747 e seguintes do Código de Processo Civil e nos arts. 1.767 e seguintes do Código Civil, promover a presente ação de

AÇÃO DE INTERDIÇÃO

com pedido de curadoria provisória

em benefício de **FULANO DE TAL** - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável com XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxx, email xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; wpp xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx -,

pelas seguintes razões de fato e de direito:

1. PRELIMINARES

2. GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A parte autora **não tem condições de custear as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento**, motivo pelo qual necessita e faz jus à gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil.

A propósito de sua concessão, é expresso o § 3º do art. 99 do Código de Processo Civil no sentido de que “**presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural**”, admitido o indeferimento somente “**se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade**” (art. 99, § 2º, primeira parte) e desde que a parte não tenha atendido a determinação de comprovação do preenchimento dos pressupostos.

3. AUSÊNCIA DE DADOS DE QUALIFICAÇÃO

A parte autora esgotou os meios de que dispunha para a obtenção do endereço da parte ré, que se encontra em local incerto e não sabido, estando ciente de que caso esteja agindo com dolo ao afirmá-lo poderá ser condenada ao pagamento de multa em quantia equivalente a 5 salários mínimos, nos termos do art. 258 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual assina a lateral do presente parágrafo ou declaração anexa. Necessária, assim, nos termos do art. 319, § 1º, do Código de Processo Civil, a realização de diligências por parte do juízo com vistas à obtenção de seu endereço, tais como pesquisas em sistemas eletrônicos como BACENJUD, RENAJUD e INFOSEG.

A parte autora informou todos os dados de que dispunha a respeito da parte ré. Os dados faltantes não inviabilizam a citação da parte ré, não havendo que se falar no indeferimento da petição inicial, consoante dispõe o art. 319, § 2º, do Código de Processo Civil.

4. PRIORIDADE NO TRÂMITE

Consoante cediço, em razão da elevada quantidade de processos submetidos à apreciação do Poder Judiciário, este não consegue muitas vezes a celeridade esperada. Por tal razão, **prevê o ordenamento jurídico processual prioridade de trâmite em casos em que a celeridade seja presumidamente necessária.**

De fato, o art. 1.048 do Código de Processo Civil dispõe:

Art. 1.048. **Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal,** os procedimentos judiciais:

I - em que figure como parte ou interessado **pessoa com idade igual ou superior a 60** (sessenta) anos ou **portadora de doença grave**, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988¹;

II - regulados pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)².

Na legislação esparsa, há também previsão de prioridade no trâmite das ações em que for parte ou interessada **pessoa com deficiência** (art. 9º, inc. VII, da Lei nº 13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão), bem como **“prioridade especial aos [idosos] maiores de oitenta anos”** (art. 71, § 5º, do Estatuto do Idoso).

No caso, a prioridade se deve à existência de interesse de pessoa idosa (maior de 60/80 anos de idade) // pessoa com doença

¹ Art. 6º. Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas: inc. XIV - os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

² Entre os quais a guarda (art. 33 e ss), a convivência e a pensão alimentícia (art. 33, § 4º), a tutela (art. 36 e ss), a adoção (art. 39 e ss), o afastamento de agressor do lar (art. 130),

grave // pessoa com deficiência, motivo pelo qual **deve ter tramitação prioritária**.

5. DOS FATOS E DO DIREITO

1. LEGITIMIDADE PARA REOUEERER

Dispõe o art. 747 do Código de Processo Civil que **a interdição pode ser promovida**, “pelo cônjuge ou companheiro” (I), “pelos parentes ou tutores” (II), “pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando” (III) ou “pelo órgão do Ministério Público” (IV). Além desses, o art. 1.768, inc. IV, do Código Civil legitimou o próprio interditando a requerer a nomeação de curador para si.

A parte autora, portanto, na qualidade de XXXXXXXXXX da pessoa cuja interdição se pretende, **tem legitimidade para o presente ajuizamento.**

2. RAZÕES DA INTERDIÇÃO

A pessoa cuja interdição se pretende não possui **capacidade de gerir seus bens // discernimento suficiente para praticar os atos de sua vida civil**, consoante evidencia o **relatório médico anexo**, o qual atesta que “**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**”.

A existência de doença sem prognóstico de melhora vem ocasionando verdadeiro martírio ao próprio interditando e a seus familiares, privando-o do exercício seus direitos e deveres.

Em tais hipóteses, estabelece o art. 1.767, inc. I, do Código Civil que sujeitar-se-ão à curatela *“aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade”*.

A interdição, no caso, além de proporcionar, mediante curador nomeado, o exercício dos atos da vida civil do interditando, possibilitará a tomada de providências, por parte do curador, no sentido de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, junto a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

3. BENS DO INTERDITANDO

Dispõe o art. 1.745 do Código Civil (aplicável por força do art. art. 1.774) que “se o patrimônio do menor for de **valor considerável**, poderá o juiz condicionar o exercício da tutela à prestação de caução bastante, **podendo dispensá-la se o tutor for de reconhecida idoneidade**”.

No caso, entretanto, a parte cuja interdição se pretende não possui bens (móveis ou imóveis) nem renda, **pelo que se requer, desde já, a dispensa de oferecimento de caução por parte da parte autora.**

No caso, a pessoa cuja interdição se pretende possui os seguintes bens e rendas: 1) imóvel xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, avaliado em R\$ 000.000,00; 2) Automóvel xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, avaliado em R\$ 00.000,00; 3) auxílio doença no valor de R\$ 000,00. Seu patrimônio, entretanto, consoante se observa, não pode ser considerado “de valor considerável”. Ademais, a parte autora é **pessoa reconhecidamente idônea e não tem condições de prestar caução, razão pela qual se requer, desde já, a dispensa de oferecimento de caução por parte da autora.**

4. ORDEM ESTABELECIDADA PARA CURATELA (PREFERÊNCIA LEGAL)

A autora se dispõe ao exercício da curatela.

Eis a ordem preferencial estabelecida pelo Código Civil para o exercício da curatela:

- 1º) Cônjuge ou companheiro(a) não separado(a) de fato ou de direito (art. 1.775, caput);
- 2º) Pai ou mãe (art. 1.775, § 1º, primeira parte);

3º) Descendente que se mostrar mais apto (art. 1.775, § 1º, segunda parte), preferindo-se os mais próximos (§ 2º);

4º) Outra pessoa escolhida pelo juiz (art. 1.775, § 3º).

A propósito da ordem preferencial estabelecida pelo Código Civil para o exercício da curatela, eis os esclarecimentos que prestam a parte autora:

1ª preferência legal: Cônjuge ou companheiro(a) não separado(a) de fato ou de direito (art. 1.775, caput)

A parte autora é marido // mulher // companheiro(a) do(a) interditando(a).

O(a) interditando(a) não era casado(a) nem vivia em união estável.

O(a) cônjuge//companheiro(a) do(a) interditando(a) é falecido, consoante certidão de óbito anexa.

O(a) cônjuge//companheiro(a) do(a) interditando(a) não tem interesse em exercer a curatela, consoante concordância anexa.

2ª preferência legal: Pai ou mãe (art. 1.775, § 1º, primeira parte)

A autora é **pai//mãe** do(a) interditando(a).

Os genitores do(a) interditando(a) são falecidos, consoante certidões anexas.

Os genitores do(a) interditando(a) são falecidos. Embora a parte autora não disponha das respectivas certidões de óbito, infere-se da própria idade do(a) interditando(a) (**xx ANOS**) que, mesmo que vivos fossem seus pais, não teriam condições de fazer valer a preferência e exercer a curatela.

3ª preferência legal: Descendente que se mostrar mais apto (art. 1.775, § 1º, segunda parte), preferindo-se os mais próximos (§ 2º);

O(a) interditando(a) não deixou filhos.

A parte autora é **filha** do(a) interditando(a), que não deixou outros filhos.

A parte autora é **filha** do(a) interditando(a). Os demais filhos firmaram concordância com sua nomeação como curador, consoante declarações anexas.

A parte autora é **filha** do(a) interditando(a), não sendo possível colher a concordância dos demais filhos porque
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

4º preferência legal: Outra pessoa escolhida pelo juiz (art. 1.775, § 3º).

A parte autora é XXXXXX da pessoa cuja interdição se pretende e seguem em anexo a comprovação de impossibilidade e desinteresse dos parentes mais próximos que teriam preferência pela lei.

Ressalte-se que não foi possível reduzir a termo a concordância de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX com a nomeação da parte autora como curadora do(a) interditando(a), porque ele(s) não está(ão) de acordo//apesar de ele(s) estar(em) de acordo. Eis, caso Vossa Excelência considere necessário, os dados para eventual intimação, já que teria(m) preferência em relação à//juntamente com a parte autora:

- **FULANO DE TAL (genitor do interditando)** - nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº xxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxx, email XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; wpp XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
- **FULANO DE TAL (filho do interditando)** - nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº xxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-

- **FULANO DE TAL (filho do interditando)** - nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, demais dados de qualificação ignorados;

- a) seja concedida a gratuidade de justiça;
 - b) seja deferida a petição inicial, não obstante a ausência de algumas informações exigidas pelo art. 319, inc. II, do CPC, uma vez possível a citação da parte ré com os dados informados, nos termos § 2º de referido dispositivo;
 - c) seja deferido o trâmite prioritário;
2. seja a parte autora nomeada curadora provisória da parte ré;
3. seja citada a parte ré para tomar conhecimento desta ação e para comparecer perante o juiz para entrevista minuciosa, nos termos do art. 751 do CPC // , devendo ela ser entrevistada por Vossa Excelência no local onde se encontra, haja vista sua impossibilidade de deslocar-se, nos termos do art. 751, § 1º, do CPC;
4. **ao final:**
- a) seja decretada por sentença a interdição da parte ré e nomeada a parte autora como sua curadora;
 - b) seja **dispensada a parte autora da prestação de caução real ou fidejussória**, pelas razões delineadas.

Valor da causa: R\$ 100,00.

Gama-DF, 15 de June de 2023.

XXXXXXXXXX

autora

Xxxx Xxxxx

Defensor Público

COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS (art. 319, inc. VI, do CPC)

FATO	PROVAS	
	EM ANEXO	DURANTE A INSTRUÇÃO
Legitimidade para requerer a interdição	- documentação comprobatória do parentesco	
Da idade // doença grave para fins de <u>prioridade no trâmite</u>	- documento de identidade - laudo médico	
Incapacidade civil do interditando	- Laudo médico que atesta a incapacidade civil do interditando	- perícia médica
Preferência legal para curadoria	- certidão de óbito de xxxxxxxxx - certidão de casamento com o interditando - documento de identidade que comprova a filiação - declaração de concordância dos co-legitimados - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xx	
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx x	
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx x	
	Prova dispensada, por tratar-se de fato notório (art. 374, inc.	

	I, CPC)	
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	Prova dispensada, haja vista presunção legal (art. 374, inc. I, CPC c.c. o art. xxxxxxxxxx)	

ROL DE TESTEMUNHAS:

1) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº
xxxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxxxxxx, endereço residencial:
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, endereço laboral xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,
telefones xxxxxxxxxxxxx;

2) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº
xxxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxxxxxx, endereço residencial:
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, endereço laboral xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,
telefones xxxxxxxxxxxxx;

3) XXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº
xxxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxxxxxx, endereço residencial:
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, endereço laboral xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,
telefones xxxxxxxxxxxxx;

/var/www/html/public/files/download/Peca/NCPC - INTERDIÇÃO -
Incapacidade Civil.docx